



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

CAPA DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 06/2026 Processos Administrativos nºs 492/2026, 1112/2026, 1108/2026, 164/2026, 268/2026, 320/2026, 1332/2026, 1270/2026 e 1145/2026.			
Abertura dia 13 de abril de 2026 às 08 horas (Horário de Brasília/DF) No sítio www.bnc.org.br			
OBJETO			
Sistema de Registro de Preços para parcelada, eventual e futura aquisição veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
SIGILOSO. O valor total estimado e o valor estimado por item, serão sigilosos com fundamentação no artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021). Objetivando evitar a formação de conluíus ou prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração c/c princípio da economicidade.			
Registro de Preços?	Adjudicação	Item com disputa exclusiva ME/EPP?	Item com ampla disputa?
Sim	Por Item	Não	Sim
Modo de disputa	Instrumento Contratual		Intervalo mínimo entre lances
Aberto e Fechado	Ata de Registro de Preços		R\$ 10,00
Envio da Proposta Readequada e Documentos de Habilitação			
Até 02 (duas) horas após a convocação realizada pela Pregoeira.			
Documentos de Habilitação			
Item 09 – Da Habilitação			
Esclarecimento e Impugnações			
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica, por meio eletrônico do sítio www.bnc.org.br			



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Processos Administrativos nºs 492/2026, 1112/2026, 1108/2026, 164/2026, 268/2026, 320/2026, 1332/2026, 1270/2026 e 1145/2026

O **MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 100, Centro – Piracanjuba/GO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.179.647/0001-95, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACANJUBA/GO** e da Agente de Contratação, usando a competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 82/2026, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026** – Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais anexos.

DA SESSÃO ELETRÔNICA

Dia: 13 de abril de 2026.

Horário: 08 horas (Horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.bnc.org.br

O presente certame reger-se-á pela Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 18, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 21, de 08 de janeiro de 2024 e demais legislações pertinentes.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

O caderno de licitações composto de EDITAL e ANEXOS poderá ser adquirido através do link “licitações” da *web site* oficial do Município <<http://www.piracanjuba.go.gov.br>> e através do Endereço Eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC <www.bnc.org.br>. Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail do Departamento de Licitações: licitacao.pjba2028@outlook.com.

01. DO OBJETO E DEFINIÇÕES

1.1 A presente licitação tem por objeto aquisição veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO. Conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos deste edital, fornecimento mediante requisições expedidas por autoridade competente, conforme a necessidade e interesse público, tendo validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da LLC 14133/2021.

I. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito na BNC (Bolsa Nacional de Compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações contidas no Edital.

1.2 Os veículos constantes na presente licitação deverão atender as exigências de qualidade observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – INMETRO, CONATRAN, DETRAN, etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 Para fins deste Edital consideram-se:

I. Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

II. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

III. Órgão Gerenciador: órgão da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

IV. Órgão ou Entidade Participante: órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

V. Órgão não participante: órgão ou entidade da administração pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

02. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Somente poderão participar desta Licitação Pessoas Jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame com objeto social pertinente e compatível com o certame e que atenderem todas às exigências deste Edital, Anexos e ainda devidamente cadastradas junto à BNC – Bolsa Nacional de Compras, através do site www.bnc.org.br.

I. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

cargo do licitante participante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica.

a) Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.2 Serão garantidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte o tratamento diferenciado de que tratam o inciso IV e os §§ 3º e 4º do art. 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de setembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

2.2.1 Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, quando: Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e sediado local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Assim, poderá participar todas licitantes que comparecer e cumprir as condições estabelecidas nesse Edital.

2.2.2 O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

2.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto para este edital, considerando que a aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, não ultrapasse a receita bruta máxima admitida para



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos moldes do art. 18-Aº, §1º, I).

2.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Piracanjuba responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica.

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

III. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

VI. Pessoa Física ou Jurídica que, nos últimos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VII. Estrangeiras que não funcionem no País.

2.6 A observância das vedações do subitem 2.5 são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.7 A participação neste certame sem prévia impugnação implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

03. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais solicitações de esclarecimentos e impugnações referentes ao Edital, Técnica ou Jurídica deverão ser dirigidas a Pregoeira através do provedor www.bnc.org.br em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica, com devida identificação da solicitante (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone, E-mail).

3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba/GO e no provedor www.bnc.org.br.

3.3 Decairão do direito de impugnar os termos do Edital do Pregão a licitante que não o fizer em até o terceiro dia útil à data fixada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.333, de 2021.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

3.4 Caberá a Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, além da Assessoria Jurídica decidir sobre eventuais impugnações, bem como responder as questões formuladas pelos licitantes.

3.5 Acolhida à impugnação contra este Edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

04. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras.

4.2 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente será dada mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização de transações ao pregão eletrônico.

4.7 Durante a sessão eletrônica, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.8 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua conexão.

4.9 Decisão do TCU:

“TCU – Acórdão nº 44/2009 – 1ª Câmara – 1.6.3. abstenha-se permitir a participação, nas aquisições de bens e contratações de serviços financiadas com recursos federais, de pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo empresarial, evitando-se dessa maneira o ocorrido na Carta Convite nº 01/2005, ocasião em que deixaram de ser observados os princípios da legalidade e moralidade, bem como o art. 23, parágrafo 3º, da lei nº 8.666/1993.”

05. DO ENVIO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.1 A licitante deverá encaminhar (anexar arquivo) e cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br) de até a data e horário marcados para a abertura da sessão eletrônica, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, conforme art. 28 do Decreto Municipal nº 18, de 2024.

5.2 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

I. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa na desclassificação da proposta sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

a) A empresa proponente deverá especificar na proposta de preços cada produto, material, insumo ou serviços, marca, especificação detalhada dos materiais ofertados e demais elementos indispensáveis a sua caracterização e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

II. Até a abertura da sessão eletrônica, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 As propostas deverão ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão eletrônica estabelecida no preâmbulo deste Edital.

06. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

6.1 A abertura da sessão eletrônica deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e horas indicadas no preâmbulo deste Edital, no provedor www.bnc.org.br.

6.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento da proposta, em relação à proposta mais bem classificada.

6.3 O sistema ordenará, automaticamente as propostas para participação da etapa de lances.

6.4 A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

6.5 Durante a sessão eletrônica a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão eletrônica do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2 A sessão do pregão será realizada na sala de disputa, onde poderão ser realizados de forme simultânea até 20 (vinte) itens/lotos, se for o caso, em razão do quantitativo de itens/lotos licitados, proporcionando agilidade ao processo, devendo o licitante, neste caso, efetuar lances simultâneos para os itens/lotos em disputa em que houver enviado proposta.

7.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste edital.

7.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.7 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.8 Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o ABERTO e FECHADO**, obedecendo ao disposto no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

7.8.1 A etapa ABERTA de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

7.8.2 Encerrado o prazo previsto no item 7.8.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.8.3 Encerrado o prazo de que trata o item 7.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.4 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.8.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.8.3 e 7.8.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.8.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.8.3 e 7.8.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 7.8.5.

7.8.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.8.6.

7.8.8 O intervalo de diferença entre os lances deverá ser igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7.9 No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

7.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado pra divulgação.

7.11 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus anexos e ofertar o menor preço para o fornecimento do objeto nas condições previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

8.2 A Pregoeira examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

I. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Piracanjuba ou, ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

II. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

III. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

IV. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados ou com preços manifestadamente inexequíveis.

a) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (Cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

b) A inexequibilidade, na hipótese que se trata a alínea anterior somente será identificada após diligência da Pregoeira, que comprove:

1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

c) Quando solicitada por diligência, a licitante poderá **comprovar a exequibilidade** de sua proposta mediante a **apresentação** de:

1. **Planilha de Composição de Custos** (Anexo V) **devidamente preenchida**, refletindo os quantitativos e valores ofertados, ou
2. **Notas fiscais**, emitidas em data anterior, com no máximo 6 (seis) meses, da data da sessão eletrônica, que **evidenciem os principais componentes do preço** proposto. Não serão aceitos documentos com prazo superior.

d) A documentação será apresentada **exclusivamente pelo sistema**, em **formato editável** (.xls, .xlsx ou equivalente) e **não editável** (.pdf), **assinada digitalmente** pelo representante legal (e, quando couber, pelo responsável técnico).



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

V. Recebida a convocação no sistema, o licitante deverá comprovar a exequibilidade do preço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

VI. Caso não seja possível aferir a exequibilidade do produto ofertado com a documentação apresentada, a Pregoeira poderá solicitar comprovantes complementares que entender pertinentes, a fim de assegurar a devida comprovação.

8.3 A Pregoeira irá convocar a licitante melhor classificada para enviar os documentos em formato digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema.

I. O prazo para envio dos documentos será de 02 (duas) horas, contados a partir da convocação formal realizada pela Pregoeira através do sistema eletrônico.

8.4 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste edital na plataforma BNC (www.bnc.org.br), se assim solicitado pela Pregoeira, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

8.5 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda este Edital.

8.6 A apresentação da proposta implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação, vinculando a licitante às informações apresentadas, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, entre outras.

8.7 As licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

8.8 Será desclassificada a proposta que:

I. Não atenda as exigências deste ato convocatório e ou contiver vícios insanáveis.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital.

III. Esteja o valor, acima do estimado previsto no Edital.

IV. Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.9 A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento “on-line” pelos licitantes.

8.10 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para sua desclassificação, esta poderá ser adequada pelo licitante, desde que não haja majoração do preço final.

8.11 Ocorrendo divergência entre os valores unitários e o valor total prevalecerá o primeiro.

8.12 A critério da Pregoeira poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

8.13 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação e proposta apresentada.

8.14 Se a proposta não for aceitável, ou ainda, se não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

I. No caso previsto no subitem 8.14, a Pregoeira deverá negociar com a licitante, para que seja obtido melhor preço.

8.15 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, à licitante terá a sua proposta aceita.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

09. DA HABILITAÇÃO

9.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

9.2 Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar toda documentação exigida neste edital no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da convocação pela Pregoeira em campo próprio do sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC.

I. Os documentos de cunho habilitatório já constantes do SICAF poderão deixar de ser juntados pelo licitante desde que estejam e mantenham-se devidamente atualizados no curso do certame e contenham todas as informações exigidas no Edital.

II. A licitante poderá optar por anexar seus documentos de habilitação na Bolsa Nacional de Compras – BNC, de modo a evitar inconvenientes ou inviabilidade de acesso a estes documentos, que possam resultar em sua inabilitação, caso não conste toda documentação no SICAF ou seu cadastro não esteja efetivamente atualizado junto ao mesmo.

III. A análise da validade das certidões e dos demais documentos será realizada com base na data da convocação da Agente de Contratação/Pregoeira.

9.3 Após a apresentação da documentação de habilitação e expirado o prazo mencionado no subitem 9.2, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo diligências, conforme art. 36, § 2º, do Decreto Municipal nº 21, de 2024.

9.4 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou quaisquer outros documentos que visem a substituir os exigidos.

9.5 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data de convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

9.6 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção de impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF.

9.7 A documentação relativa à **Habilitação** deverá ser apresentada em conformidade com a relação descrita a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Documento oficial de identificação que contenha foto dos **Sócios Administradores da Empresa.**

b) Certidão de Registro Comercial (no caso de empresa individual); ou

c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, expedido pelo Registro do Comércio ou Junta Comercial;

d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas);

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

II. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** e/ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal/INSS** (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos relativa ao ICMS);
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos) da sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pelo Município, ou outra equivalente na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;
- f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), através do Certificado de Regularidade ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, ou seja, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e da Lei Federal nº 12.440, de 2011.

III. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Feitos sobre Falência**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade constante no



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

documento, ou se caso não houver a data de validade, com data de emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

1. A boa situação financeira da licitante dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada pelo responsável contábil, terá por base a verificação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes formulas, considerando que todos devem ser iguais ou superiores a 1:

Fórmula: $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

Fórmula: $LC = AC / PC$

Fórmula: $SG = AT / (PC + ELP)$.

2. Os elementos contábeis contidos nas fórmulas acima são assim identificados:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Os documentos referidos na alínea b, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) A Proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica Operacional para comprovação de aptidão para fornecimento do objeto desta licitação, através de atestado fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha fornecido objeto de natureza e quantidade compatíveis com o solicitado nesta licitação.

V. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) As licitantes enquadradas como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** além de declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que atente aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

01. Declaração que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

VI. MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

- a) Caso a licitante seja **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, deverá apresentar os seguintes documentos:

01. Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual.

02. Documento que comprove a opção do Simples Nacional.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

VII. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Modelo Anexo IV)

a) Declaração, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declaração, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declaração, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) Declaração, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declaração, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declaração, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declaração, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.

h) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 A não apresentação dos documentos mencionados nos Incisos V e VI, indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.9 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, licitantes que se



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.10 Para efeito de julgamento referente ao regime diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedores Individuais possuem os mesmos benefícios neste Edital.

9.11 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 2006).

9.12 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

I. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.12, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado ao Município de Piracanjuba/GO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato de Fornecimento, ou considerar o item como fracassado.

9.13 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

9.14 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

adequada ao último lance, bem como os documentos de habilitação, no prazo de até 02 (duas) horas, conforme disposto no art. 36, §3º do Decreto Municipal nº 21, de 2024, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “*Documentos Complementares*” na Bolsa Nacional de Compras - BNC.

I. Caso a licitante vencedora não encaminhe, no prazo estabelecido, a proposta adequada ao valor do último lance ofertado, será admitida, para fins de comprovação do valor final, a proposta registrada no próprio sistema eletrônico da BNC – Bolsa Nacional de Compras, desde que esta reflita fielmente o último lance válido ofertado durante a fase de disputa.

II. Nessa hipótese, os dados constantes do sistema eletrônico serão considerados suficientes para a formalização da proposta final, não prejudicando a análise da aceitabilidade, da conformidade com o edital e da habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentos de habilitação será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.3 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. DO RECURSO

11.1 Declarada a vencedora a Pregoeira abrirá **prazo de 15 (quinze) minutos** durante o qual qualquer licitante poderá de forma imediata e motivada em campo próprio do sistema manifestar sua intenção de recurso.

11.2 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação, observado o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2 Integra o presente Edital, sob forma de anexo, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre contratante e contratada.

12.3 Uma vez homologado o resultado do certame pela Autoridade Superior, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento será de até 02 (dois) dias úteis contados do envio da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração. A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento deverá ser assinado por Representante Legal, Diretor, ou Sócio da Empresa, com apresentação, conforme o caso de procuração ou cédula de identidade.

I. A convocação de que trata o subitem 12.3 do se dará via e-mail cadastrado no sistema eletrônico pela licitante.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

12.4 A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e neste edital.

12.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Órgão Gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

12.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a Ata de Registro de Preços nos termos do subitem 12.4, a administração pública municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quando aos preços atualizados, nos termos deste edital.

12.7 A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Fornecimento referente ao presente Pregão Eletrônico terá seu extrato publicado no quadro de avisos (Placar) da Prefeitura de Piracanjuba, Jornal de Grande Circulação, e sua íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba/GO.

12.8 A Licitante não poderá ceder ou transferir o contrato total ou parcialmente a terceiros.

12.9 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas, conforme prevê o art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por:

I. Instrumento Contratual.

II. Nota de Empenho da Despesa.

III. Autorização de Compra/ Ordem de Fornecimento.

IV. Ordem de Execução de Fornecimento/Serviços; ou



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

V. Outro instrumento hábil.

12.10 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estarão sujeitos às regras previstas neste Edital, bem como na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.11 Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da Licitação. Em nenhum caso a Administração negociará com entidades representadas pelas licitantes.

12.12 A contratada obriga-se a executar o objeto licitado em perfeita harmonia e concordância com os termos deste Instrumento Convocatório, mediante solicitação através de Nota de empenho/ Ordem de Serviços/ Requisições ou equivalente, devidamente atestada por servidor da Secretaria requisitante.

13. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

13.2 No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela Autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

14.2 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

14.3 Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observado:

I. O registro a que se refere o subitem 14.3 tem por objetivo a formação de cadastro reserva no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 17, de 2024, bem como previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.4 Caso haja mais de um licitante na situação de que se trata o subitem 14.3, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o subitem 14.3, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

14.6 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7 As aquisições ou contratações adicionais de que se trata o subitem 14.6 não poderão exceder, por órgão ou entidade a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.8 O quantitativo decorrente de adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem a ata.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

14.9 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência, anexo desde edital, bem como da própria Ata de Registro de Preços.

14.10 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na nesta licitação.

14.11 O Órgão Gerenciador acompanhará periodicamente a evolução das condições de mercado dos preços registrados, para comprovação da vantajosidade.

14.12 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

15. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a Ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III. Resultante de previsão neste edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

15.2 Na ocorrência do preço registrado se tomar superior ao preço praticado no mercado, por outro motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador da Ata convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I. Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

II. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

III. Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.3 Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, caso em que o órgão gerenciador providenciará convocação dos demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

I. A negociação prevista no subitem 15.3 será no sentido de os demais convocados manterem os preços registrados inicialmente pelo primeiro colocado. Não havendo êxito nessas negociações, o órgão gerenciador deverá então, negociar com o adjudicatário a revisão dos valores. Caso não haja consenso entre o órgão gerenciador e o adjudicatário, a possibilidade de negociação deve ser estendida a eventuais integrantes do cadastro reserva, respeitando a ordem de classificação.

II. Não havendo êxito nas negociações, de que se trata o inciso I, estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote, pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação de penalidade.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

III. Para que se viabilize eventual modificação da proposta vigente, por força de Registro de Preços, objetivando a elevação do valor registrado, lastreado no reequilíbrio econômico-financeiro previsto no inciso I, é indispensável a rigorosa verificação da situação fática e a inatacável demonstração do atendimento aos requisitos fixados na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.4 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em termo aditivo à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

15.5 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 16 deste edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O registro de preços do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

I. For liberado.

II. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável.

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

IV. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

V. Não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

16.2 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

I. Pelo decurso de prazo de vigência.

II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

III. Por fato superveniente, decorrente de casos de:

a) força maior;

b) caso fortuito;

c) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

IV. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Municipal, será assegurado o contraditório e ampla defesa.

I. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

17. DA DOTAÇÃO E RECURSOS

17.1 As despesas decorrentes do fornecimento dos veículos automotores, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos do Município de Piracanjuba/GO, exercício financeiro de 2026, a saber:

Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes



Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0 / 137.0
Centro de Custo	56.00.00000
Função/ Programa/ Ação	56.79.18.122.2821.2150
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	368 – 100.0
Centro de Custo	070.000
Função/ Programa/ Ação	70.75.27.812.2819.1098
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	498 – 100.0
Centro de Custo	22.00.00000
Função/ Programa/ Ação	22.83.04.122.2827.2202
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	141 – 100.0 / 137.0
Centro de Custo	55.03.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	312 – 181.0
Centro de Custo	22.04.00000
Função/ Programa/ Ação	22.84.04.123.2827.2187
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	167 – 100.0

18. DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

18.1 A forma de execução do instrumento contratual, fornecimento, prazos, locais, recebimento, pagamento e demais informações estão contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência Anexos deste Edital.

19. DAS PENALIDADES



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

19.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento das atividades públicas ou ao interesse coletivo.

III. Dar causa à inexecução total do contrato.

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

I. Advertência.

II. Multa.

III. Impedimento de licitar e contratar.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida.

II. As peculiaridades do caso concreto.

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3 A sanção prevista no inciso I do subitem 19.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.4 A sanção prevista no inciso II do subitem 19.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.5 A sanção prevista no inciso III do subitem 19.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.6 A sanção prevista no inciso IV do subitem 16.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.1333, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida subitem 19.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.7 A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 19.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva da Prefeitura de Piracanjuba e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

19.8 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 19.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do subitem 19.2.

19.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do subitem 19.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

19.12 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 19.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

I. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o subitem 19.12 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

II. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

III. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.13 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o subitem 19.12.

II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

19.14 Os atos previstos como infrações administrativas neste edital, bem como os previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.15 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.16 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

I. Para fins de aplicação das sanções previstas no subitem 19.2, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

19.17 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

I. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

19.18 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública.

II. Pagamento da multa.

III. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

a) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do subitem 19.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E FISCALIZAÇÃO

20.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do presente Pregão Eletrônico será a Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO.

20.2 O Órgão Gerenciador designará representante da Administração Pública para acompanhamento, fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e suas respectivas atribuições nos moldes do art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 13, da Instrução Normativa nº 09, de 01 de junho de 2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

21.1 É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão eletrônica.

21.2 Fica assegurado à Autoridade Competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, adiar a data de abertura, anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba direito de qualquer indenização, bem como alterar as condições deste Edital, divulgando-o pela mesma forma que se deu o texto original, fiando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 155, de Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer da fase de licitação.

21.4 As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira ou Autoridade Superior que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

21.7 Os horários estabelecidos no edital e durante a sessão eletrônica observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao certame.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

21.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Piracanjuba/GO, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes desta Licitação, não resolvidas na esfera Administrativa.

22. DOS ANEXOS

22.1 Constituem como parte integrante e complementar do presente Edital, os seguintes elementos:

- ANEXO I** – Termo de Referência;
- ANEXO II** – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO III** - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO IV** – Modelo Declaração Conjunta;
- ANEXO V** – Planilha de Custo
- ANEXO VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- ANEXO VII** – Minuta do Contrato de Fornecimento.
- ANEXO VIII** – Matriz de Riscos

Piracanjuba/GO, aos 23 dias do mês de março do ano de 2026

TAYNARA CARDOSO BARBOSA

Agente de Contratação
Pregoeira Oficial



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente termo de referência tem como objeto aquisição de veículos automotores, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO, a serem pagos nos termos da tabela abaixo e, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Item	Código	Descrição/Especificação	Und. de medida	Qtd.	Será pago através de:
01	61088	Veículo automotor, tipo sedan, zero quilômetro, ano/modelo "mínimo" 2025/2026. O veículo deverá possuir câmbio automático com, no mínimo, 6 (seis) velocidades, motorização de até 1.4, direção elétrica e capacidade para 5 (cinco) passageiros. Deverá ser equipado com motor flex, compatível com gasolina e etanol, apresentando potência mínima de 107 cv quando abastecido com etanol e 98 cv quando abastecido com gasolina, além de pintura sólida na cor branca. O veículo deverá contar com sistema de freios abs com ebd, vidros elétricos, travas elétricas com travamento automático das portas e do porta-malas, ar-condicionado manual ou automático,	Un	02	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		no mínimo 4 (quatro) airbags, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 3 (três) pontos, encostos de cabeça para todos os ocupantes e demais dispositivos de segurança previstos na legislação vigente. Deverá ainda possuir controle de tração, controle de estabilidade, sensores de estacionamento traseiros, câmera de ré e central multimídia com conectividade para smartphone. O veículo deverá possuir rodas em aço ou liga leve, com diâmetro mínimo de 15 (quinze) polegadas, compatíveis com as especificações do fabricante, bem como pneus novos, adequados ao uso urbano e rodoviário. O veículo deverá possuir película de controle solar (fumê) aplicada em todos os vidros, em conformidade com a legislação vigente, respeitando os índices mínimos de transparência exigidos, sem prejuízo à visibilidade e à segurança dos ocupantes. O porta-malas deverá possuir capacidade mínima de 475 (quatrocentos e setenta e cinco) litros. O veículo deverá ser entregue acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran). A entrega deverá ocorrer com o veículo devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante, sendo todos os			
--	--	--	--	--	--



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		custos decorrentes dessas providências de inteira responsabilidade da empresa fornecedora. O veículo deverá contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante.			
02	61161	Veículo automotor tipo van furgão, zero quilômetro, destinado ao transporte de carga, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 150 cv. O veículo deverá possuir capacidade mínima para 03 (três) ocupantes, incluindo o motorista, duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada ao acesso do compartimento de carga, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica na cabine e no compartimento de carga (mínimo 24.000 btus), vidros e travas elétricos, no mínimo 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, sistema multimídia com tela, rádio am/fm, conectividade bluetooth e compatibilidade com android auto e apple carplay, câmera de ré e sensor de estacionamento sonoro, câmbio manual com no mínimo 06 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 06 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags	Un	01	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		frontais para motorista e passageiros, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça individuais e iluminação interna na cabine e no compartimento de carga, bem como tacógrafo. O compartimento de carga deverá possuir comprimento interno mínimo de 3,2 m, altura interna mínima de 1,8 m, volume mínimo de 10,5 m³, capacidade de carga útil mínima 2.000 kg, além de revestimento interno com painéis de proteção em fibra lisa na cor branca ou material similar resistente. Deverá possuir, ainda, película de proteção solar (insulfilm) nos vidros permitidos pela legislação, com proteção contra raios uv e redução de calor, em conformidade com as normas de trânsito vigentes, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar, rodas de aço ou liga leve, tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia da categoria do veículo, pneus novos, incluindo estepe original de fábrica, manual do proprietário em língua portuguesa, chave reserva e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran).o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da			
--	--	--	--	--	--



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
03	61099	Veículo automotor tipo van, zero quilômetro, destinado ao transporte de passageiro, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 120 cv, capacidade mínima para 11 (onze) ocupantes, incluindo o condutor, carroceria fechada, na cor branca. O veículo deverá possuir duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica, com sistema de climatização que atenda integralmente a cabine e o compartimento de passageiros, garantindo distribuição uniforme do ar para todos os ocupantes, bem como, no mínimo, 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, vidros e travas elétricos, câmbio manual com no mínimo 6 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 6 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags frontais para motorista e passageiro, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de	Un	02	Uma van será paga com Recurso Próprio (FME) e a outra com Emenda Parlamentar nº 168/2024 referente ao Processo nº 202400006020267



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		cabeça individuais, iluminação interna e tomada 12v.deverá possuir, ainda, película de proteção (insulfilm) no vidro traseiro e nos vidros laterais, com proteção contra raios uv e redução de calor excessivo, em conformidade com a legislação de trânsito vigente. O veículo deverá conter equipamento de som com rádio e conectividade bluetooth, tacógrafo, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar ao carpete, bem como rodas de ferro ou liga leve, câmera de ré e sensor de estacionamento sonoro. Deverá dispor de tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia do veículo, pneus novos, estepe original de fábrica, manual do proprietário, chave reserva, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas vigentes do conselho nacional de trânsito (contran).o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
04	61162	Veículo automotor tipo van, zero quilômetro, destinado ao transporte	Un	02	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		de passageiro, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 150 cv, capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, incluindo o condutor, carroceria fechada, na cor branca. O veículo deverá possuir duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica, com sistema de climatização que atenda integralmente a cabine e o compartimento de passageiros, garantindo distribuição uniforme do ar para todos os ocupantes, bem como, no mínimo, 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, vidros e travas elétricos, câmbio manual com no mínimo 6 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 6 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags frontais para motorista e passageiro, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça individuais, iluminação interna e tomada 12vdeverá possuir, ainda, película de proteção (insulfilm) no vidro traseiro e nos vidros laterais, com proteção contra raios uv e redução de calor excessivo, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.o veículo deverá conter equipamento de som com rádio			
--	--	--	--	--	--



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		e conectividade bluetooth, tacógrafo digital, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar ao carpete, bem como rodas de ferro ou liga leve, câmera de ré e sensor de estacionamento sonoro. Deverá dispor de tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia do veículo, pneus novos, estepe original de fábrica, manual do proprietário, chave reserva, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas vigentes do conselho nacional de trânsito (contran). O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE					
05	60832	Pick-up pequena veículo tipo pick-up, cabine simples, zero km, motor flex, veículo 0 (zero) km, transmissão manual, vidros e travas elétricas, ar condicionado, airbags (passageiro e motorista), apoio lateral para acesso a caçamba, banco do motorista com ajuste de altura, motor capacidade mínima de 100 cv, direção hidráulica,	Un	01	Recurso Próprio (FMLET)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		freios abs, carga útil mínimo de 700 kg, protetor de caçamba, sistema de som com rádio e entrada usb, rodas de aço mínimo aro 14. Todos os demais itens acessórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
06	60927	Veículo automotor tipo pick-up cabine simples, motor flex (gasolina e etanol), tipo direção hidráulica, potência motor mínima 160 cv, capacidade passageiro 5, carga útil mínimo 1000 kg, tipo tração 4x4, características adicionais: cabine dupla, cor branca, tipo câmbio automático, capacidade tanque combustível mínimo 75l.	Un	01	Recurso Próprio (Meio Ambiente)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
07	60777	Tipo automóvel de passeio ou utilitário leve; ano e modelo mínimo 2026/2026; combustível tipo flex (etanol/gasolina); potência mínima de 1.0; direção elétrica ou hidráulica; transmissão manual ou automática; ar-condicionado de fábrica; vidros e travas elétricas; airbags frontais; freios abs; capacidade mínima para cinco ocupantes; capacidade mínima de porta-malas de 500 litros; tanque de combustível com capacidade mínima de 40 litros; torque mínimo de 12,0 kgfm.	Un	01	Emenda Parlamentar nº 1036.9/2025 referente ao Processo nº 202500005014115
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

08	61182	Ambulância tipo a - simples remoção furgão - veículo furgão original de fábrica, 0 (zero) km, adaptado para ambulância simples remoção, com capacidade volumétrica não inferior a 7 metros cúbicos no total. Capacidade de carga mínima: 1.222 kg, comprimento total mínimo. 4.740 mm; comprimento mínimo do salão de atendimento 2.500 mm; altura interna mínima do salão de atendimento: 1.540 mm; combustível: diesel s10; motor dianteiro; 4 cilindros; sobrealinhamento: turbo compressor com intercooler; potência mínima: 130 cv; e sistema de alimentação: injeção eletrônica; abastecimento de combustível com capacidade mínima: 65 litros; freios abs nas quatro rodas, corretor de frenagem, controle antiderrapagem, controle de estabilidade eletrônicos e sistema ativo freio com controle eletrônico para auxílio nas arrancadas do veículo em subidas; direção hidráulica ou direção elétrica ou direção eletro hidráulica, original de fábrica; equipamentos obrigatórios e acessórios básicos: - cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, obrigatoriamente de três pontos para os ocupantes da cabine, seguindo a normatização e laudos emitidos conforme abnt nbr 6091- 2015; equipada com todos os equipamentos	Un	01	Emenda Parlamentar Federal nº 39000006 (Deputado Adriano Baldy) formalizada junto ao Ministério da Saúde/FNS por meio da Proposta nº 01753396000125004
----	-------	---	----	----	--



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2000

		de série, especificados e exigidos pelo contran/detran-go, observando as demais exigências e condições especificadas no termo de referência e estudo técnico preliminar.			
09	61171	"Veículo ambulância tipo a - simples remoção tipo furgoneta - veículo tipo furgoneta com carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, 0 (zero) km, ano/modelo mínimo 2026/2026 (ou do ano da contratação ou posterior), air-bag para os ocupantes da cabine, freio com (a.b.s.) nas 4 rodas, adaptado para ambulância de simples remoção. Chassi: comprimento total de, no mínimo, 5,140 mm; distância entre os eixos de, no mínimo, 3.200 mm; altura interna mínima do salão de atendimento de 1.300 mm. Motor dianteiro; 4 cilindros; combustível = gasolina ou gasolina e/ou álcool misturados em qualquer proporção (flex) ou diesel s10; potência mín. De 114 cavalos; tanque de combustível: capac. Mín. = 69 litros. Direção assistida hidráulica e/ou elétrica. Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo contran/detran-go."	Un	01	Emenda Parlamentar Estadual nº 202544240008 (Deputado Marussa Boldrin), formalizada no Plano de Ação nº 09032025-2-087514
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
10	61085	Veículo automotor, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026. O veículo deverá possuir câmbio manual	Un	02	Recurso Próprio (Executivo)



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		com, no mínimo, 5 (cinco) velocidades, motorização de no mínimo 1.0, direção elétrica e capacidade para 5 (cinco) passageiros. Deverá ser equipado com motor flex, compatível com gasolina e etanol, apresentando potência mínima de 75 cv quando abastecido com etanol e 71 cv quando abastecido com gasolina, além de pintura sólida na cor branca. O veículo deverá contar com sistema de freios abs com ebd, vidros elétricos, travas elétricas com travamento automático das portas, ar-condicionado manual ou automático, airbags frontais, cintos de segurança e demais dispositivos de segurança previstos na legislação vigente. Deverá ainda possuir controle de tração, controle de estabilidade, sensores de estacionamento traseiros e central multimídia com conectividade para smartphone. O veículo deverá possuir rodas em aço ou liga leve, com diâmetro mínimo de 14 (quinte) polegadas, compatíveis com as especificações do fabricante, bem como pneus novos, adequados ao uso urbano e rodoviário. O veículo deverá possuir película de controle solar (fume) aplicada em todos os vidros, em conformidade com a legislação vigente, respeitando os índices mínimos de transparência exigidos, sem prejuízo à visibilidade e à segurança dos ocupantes. O portamalas deverá possuir capacidade			
--	--	---	--	--	--



		mínima de 200 (duzentos) litros. O veículo deverá ser entregue acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran). A entrega deverá ocorrer com o veículo devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante, sendo todos os custos decorrentes dessas providências de inteira responsabilidade da empresa fornecedora. O veículo deverá contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante.			
--	--	---	--	--	--

1.2 Referente a Ambulância Tipo A – Furgão, deverá, além da descrição acima, conter os seguintes requisitos:

- a)** A transmissão deverá obrigatoriamente ser MANUAL com no mínimo 6 velocidades (incluso marcha ré).
- b)** O veículo deverá conter garantia de fábrica de no mínimo 24 meses.
- c)** Manutenção e/ou Revisão em autorizada no estado de Goiás (distância geográfica máxima de até 300 km) com fundamentação no princípio da economicidade e eficiência.
- d)** O pneu estepe não deve ser acondicionado na cabine de atendimento.
- e)** Película de Proteção solar (insulfilm) conforme legislação para os vidros laterais da cabine.
- f)** A estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

- g)** O painel elétrico interno, deverá possuir no mínimo 2 tomadas para 12V (DC). As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 31 centímetros de qualquer tomada de oxigênio.
- h)** A iluminação do compartimento de atendimento deve ser de 2 tipos: Natural e Artificial, deverá ser feita por no mínimo 4 luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 150 milímetros, em base estampada em alumínio ou injetada em plástico em modelo LED.
- i)** A iluminação externa deverá contar com holofote tipo farol articulado regulado manualmente na parte traseira da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. Possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com frequência mínima de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada de policarbonato. Podendo utilizar um dos conceitos de Led.
- j)** Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 Watts RMS @13,8 Vcc, mínimo de 3 tons distintos, sistema de megafone com ajuste de ganho e pressão sonora a 1 metro de no mínimo 100 decibéis (dB) @13,8 Vcc; Sistema de radiocomunicação em contato permanente com a central reguladora.
- k)** Sistema fixo de Oxigênio (rede integrada): contendo 1 cilindro de oxigênio de no mínimo 16 litros em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré-regulada para 3,5 a 4,0 kgf/cm² e manômetro; Na região da bancada, possuir uma régua e fluxômetro, umidificador para O₂ e aspirador tipo venturi, com roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT.
- l)** A climatização do salão deverá permitir o esfriamento/aquecimento. O compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica para ar-condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartimento paciente, deverá



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sistema de Ar-Condicionado, com aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561. Sua capacidade térmica deverá ser com mínimo de 25.000 BTUs e unidade condensadora de teto.

- m)** Maca retrátil, com no mínimo 1.900 mm de comprimento, com a cabeceira voltada para frente; com pés dobráveis, sistema escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanha: colchonete.
- n)** Balaústre, com 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do compartimento através de parafusos e com 2 sistemas de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro.
- o)** O Piso deve ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou PRFV (plástico resistente de fibra de vidro) ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável e antiderrapante.
- p)** Armário em um só lado da viatura (lado esquerdo). As portas dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1 metro de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70 m;
- q)** Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e traseiros; bem como, as marcas do Governo Federal, SUS e Ministério da Saúde.
- r)** 0km, fabricado, no máximo, há 6 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor.
- s)** Trava elétrica para todas as portas (cabine e compartimento traseiro) acionadas remotamente.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

- t)** O veículo deverá ser entregue emplacado em nome do Fundo Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, licenciado e com todos os tributos para o ano corrente pagos (licenciamento + IPVA e o seguro obrigatório caso volte a vigorar até a data do emplacamento e licenciamento); manuais do proprietário e de manutenção (em português, bem como as plotagens conforme determina a legislação no caso de ambulância, com 01 (uma) cópia de todas as chaves originais.

1.3 Referente a Ambulância Tipo A – Furgoneta, deverá, além da descrição acima, conter os seguintes requisitos:

- a)** A transmissão deverá obrigatoriamente ser MANUAL com no mínimo 6 velocidades (incluso marcha ré).
- b)** O veículo deverá obrigatoriamente ser a combustão com tipo de combustível sendo gasolina/etanol na modalidade flex, ou Diesel S-10, permitindo a mistura de ambos os combustíveis, ou diesel. Carros Elétricos NÃO serão aceitos por limitações de nosso município para abastecer tal tipo de veículo.
- c)** O veículo deverá incluir todos os acessórios opcionais de fábrica.
- d)** O veículo poderá incluir, mas não obrigatório, câmera de ré e sensor de estacionamento.
- e)** Cabine/Carroceria: Portas em chapa, com revestimento interno em poliestireno, com fechos internos e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento.
- f)** Altura interna do veículo deve ser original de fábrica.
- g)** O pneu estepe não deve ser acondicionado na cabine de atendimento.
- h)** Sistema elétrico: Original do veículo, com montagem de bateria de no mín. 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts.
- i)** Sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.
- j)** Iluminação: Natural e Artificial. Sinalizador Frontal Principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça ou múltiplas lentes, com comprimento mín. de 1.000 mm e máx. de 1.300 mm, largura mín. de



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2000

250 mm e máx. de 500 mm e altura mín. de 55 mm e máx. de 110 mm, instalada no teto da cabine do veículo.

- k)** Laudo que comprove o atendimento à norma SAE J575, SAE J595 e SAE J845, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1, para o Sinalizador Luminoso Frontal Principal.
- l)** Sinalização acústica com amplificador de potência mín. de 100 W RMS @13,8 Vcc, mín. de 3 tons distintos, Sistema de megafone com ajuste de ganho e pressão sonora a 01 (um) metro de no mín. 100 dB @13,8 Vcc; Laudo que comprove o atendimento à norma SAE J1849, no que se refere a requisitos e diretrizes nos Sistemas de sirenes eletrônicas com um único autofalante.
- m)** Sistema portátil de oxigênio completo, mín. 3 L.
- n)** Sistema de radiocomunicação em contato permanente com a central reguladora. Na região da bancada, deverá existir uma régua e possuir: fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT.
- o)** A cabine deve ser com o Sistema original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica de Ar Condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. Para o compartilhamento do paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sistema de Ar Condicionado, com aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561 (vigente); A Capacidade térmica do Sistema de Ar-Condicionado do Compartimento traseiro deve ser de no mín. 15.000BTUs e unidade condensadora de teto.
- p)** Maca retrátil, em duralumínio com no mín. 1.900 mm de comprimento, provida de Sistema de elevação do tronco do paciente de mín. 45 graus e suportar peso mín. de 100 kg., com colchonete, com no mínimo 03 (três) cintos de segurança fixos.
- q)** Deverão ser apresentados: Autorização de Funcionamento de Empresa do Fabricante e Registro ou Cadastramento dos Produtos na Anvisa;
- r)** Garantia de no mín. 24 meses.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

- s)** Ensaio atendendo à norma ABNT NBR 14.561 (vigente) e AMD Standard 004, feito por laboratório devidamente credenciado.
- t)** As paredes internas, piso e a divisória deverão ser em plástico reforçado com fibra de vidro laminadas ou Acrilonítrica Butadieno Estireno autoextinguível, ambos com espessura mín. de 3 mm, moldados conforme geometria do veículo, com a proteção antimicrobiana, tornando a superfície bacteriostática.
- u)** O balaústre deverá ter 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comprimento através de parafusos e com 2 sistema de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro e plasma. Armário superior para objetos, em um só lado da viatura, em ABS autoextinguível, ou PRFV (plástico resistente de fibra de vidro) ou compensado naval revestido interna e externamente em material impermeável e lavável (fórmica ou similar). As portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. A distribuição dos móveis e equipamentos no salão de atendimento deve prever: Dimensionar o espaço interno, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas.
- v)** Fornecer o veículo caracterizado com vinil adesivo p/ grafismo do veículo, composto por cruzes e palavra Ambulância no capô, vidros laterais e traseiros, bem como, as marcas do Governo Federal, SUS e Ministério da Saúde.
- w)** Manutenção e/ou Revisão em autorizada no estado de Goiás (distância geográfica máxima de até 300 km) com fundamentação no princípio da economicidade e eficiência.
- x)** Acessórios: protetor de cárter; jogo de tapetes; película solar fumê, com proteção UV (proteção mínima de 95%) e proteção IR (proteção mínima de 80%) com garantia mínima de 5 anos e com transparência mínima de 70% em todos os vidros, atendendo a legislação vigente. demais itens: equipado com todos os itens



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

de série, conforme catálogo comercial do produto e exigências do CONTRAN/DETRAN-GO.

- y) O veículo deverá ser entregue emplacado em nome do Fundo Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, licenciado e com todos os tributos para o ano corrente pagos (licenciamento + IPVA e o seguro obrigatório caso volte a vigorar até a data do emplacamento e licenciamento); manuais do proprietário e de manutenção (em português, bem como as plotagens conforme determina a legislação no caso de ambulância, com 01 (uma) cópia de todas as chaves originais.

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por igual período mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

1.7 A minuta contratual conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, nos termos da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação com seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A descrição dos requisitos da contratação como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4.2.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.3 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.3.1 Na presente contratação não se aplica a indicação de marcas ou modelos.

4.4 Na presente contratação não se aplica a solicitação de amostra.

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os veículos deverão ser entregues conforme solicitados, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis**, durante o horário das 7h às 11h e/ou das 13h às 17h (horário de Brasília-DF), conforme definido por Requisição, Solicitação e/ou Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Caso a entrega não seja realizada no prazo



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

estipulado na Ordem de Fornecimento, a CONTRATADA será notificada para entregar o veículo no **prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação. Caso o prazo da notificação não seja cumprido, será expedida Notificação Extrajudicial, concedendo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a entrega do veículo, contado a partir do recebimento desta. Não será concedida prorrogação de prazo para entrega em nenhuma das etapas. Após três tentativas de notificação sem atendimento, a CONTRATADA será formalmente advertida e poderá ser instaurado processo para aplicação das penalidades cabíveis, incluindo multas, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e suas alterações posteriores.

5.2 Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4 A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da requisitante pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

5.14 A CONTRATADA será responsável por arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao fornecimento, entrega e regularização dos veículos, sem qualquer ônus para a Administração Pública Municipal, incluindo, entre outras: licenciamento, emplacamento, frete, seguro de transporte e taxas administrativas.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a requisitante. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.2 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.4 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O veículo será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela requisitante, após a verificação da prestação do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela requisitante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2 a data da emissão;

7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A requisitante deverá realizar consulta ao SICAF para:



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

7.12.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.12.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

8.2 O fornecimento do objeto será adquirido conforme a necessidade das Secretarias requisitantes, pelo período de vigência do Instrumento Contratual.

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de Declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18 Certidão negativa sobre os feitos de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021;



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

8.19 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.19.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.19.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.19.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.19.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.21 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.23 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

8.23.1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.24.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.24.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.24.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

8.24.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.24.6.1 ata de fundação;

8.24.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.24.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.24.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

8.24.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação será dado através de orçamentos a serem realizados pelo Departamento de Compras da Prefeitura de Piracanjuba/GO, e devidamente anexado aos autos.

9.2 A estimativa de custo levará em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 17 do Decreto Municipal nº 017/2024):



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

Piracanjuba-GO, aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

Matheus Henrique Lima Ferreira

Diretor do Departamento de Compras da
Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba-GO
Responsável pela Formalização da Demanda

Decreto n.º 024/2025

Matrícula n.º 51.496.268

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

Nelma José Gomes

Gestora do Fundo Municipal de Piracanjuba-GO

Secretária Municipal de Educação de Piracanjuba-GO

Decreto n.º 012/2025

Matrícula n.º 5.758





Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processos Administrativos: nº 492/2026, nº 1112/2026, nº 1108/2026, nº 164/2026, nº 268/2026, nº 320/2026, nº 1332/2026, nº 1270/2026 e nº 1145/2026

Área Requisitante: Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO.

Objeto da Contratação: Aquisição de veículos automotores, zero quilômetro, para atender às demandas das Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO, a serem pagos conforme descritos na tabela no Item 7.

Vigência da Contratação: 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14133/2021.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação em questão está fundamentada no planejamento de aquisições do órgão, sendo a qualificação e a quantificação do objeto alinhadas às últimas contratações das Secretarias.

Considerando que o Plano Anual de Contratações ainda não foi formalizado, será utilizado o histórico de aquisições dos últimos três anos como referência para melhor definição e adequação do objeto.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de fortalecimento e modernização da frota de veículos oficiais do Município de Piracanjuba/GO, com vistas a assegurar a continuidade, a eficiência operacional e a adequada prestação dos serviços públicos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Finanças e Saúde.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

O atendimento às demandas institucionais dessas Secretarias requer meios de transporte adequados às diferentes naturezas de suas atividades, abrangendo deslocamentos administrativos, operacionais, logísticos e assistenciais, tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município, bem como em deslocamentos intermunicipais, quando necessário. A atual frota, em parte, apresenta elevado grau de utilização, desgaste natural pelo tempo de uso e limitações operacionais, o que impacta a eficiência, a regularidade e a segurança dos serviços prestados.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a aquisição de veículos, incluindo vans para transporte de passageiros e veículo tipo sedan, visa atender às demandas de deslocamento de professores, alunos e servidores, suporte às unidades escolares urbanas e rurais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, visitas técnicas, acompanhamento de projetos educacionais, participação em eventos, ações interinstitucionais e demais atividades previstas no calendário educacional. A ampliação da frota contribui para melhor organização logística, redução da sobrecarga dos veículos existentes e melhoria da eficiência administrativa.

Ainda no campo educacional, a aquisição de veículo tipo van furgão justifica-se pela necessidade de aprimoramento da logística de distribuição da merenda escolar, considerando o desgaste do veículo atualmente utilizado, que demanda manutenção frequente e compromete a regularidade do serviço. O novo veículo permitirá o transporte adequado de gêneros alimentícios às unidades escolares, assegurando melhores condições de acondicionamento, preservação da qualidade dos produtos e atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Para a Secretaria Municipal de Esporte, a aquisição de veículo tipo pickup atende às necessidades de apoio logístico às atividades esportivas, transporte de materiais, equipamentos e suporte às ações desenvolvidas em eventos, competições, projetos esportivos e manutenção de espaços públicos destinados à prática esportiva.

As Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Assistência Social e Finanças demandam veículos tipo esportivo para atendimento às atividades administrativas, fiscalizatórias, técnicas e operacionais, incluindo visitas in loco, acompanhamento de projetos, ações de campo, atendimento à população e suporte às rotinas institucionais, garantindo mobilidade, segurança e eficiência no desempenho das atribuições legais de cada pasta.

No que se refere à Secretaria Municipal de Saúde, a contratação contempla a aquisição de duas ambulâncias tipo furgão e furgoneta, destinadas ao transporte sanitário do Hospital Municipal Thuany Garcia Ribeiro, com o objetivo de ampliar a



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

capacidade operacional para remoções simples e eletivas de pacientes, inclusive em deslocamentos intermunicipais para acesso a consultas, exames e tratamentos em unidades de referência. A medida busca mitigar riscos operacionais decorrentes da sobrecarga da frota existente, reduzir indisponibilidades por manutenção e assegurar maior previsibilidade, segurança e continuidade dos serviços assistenciais. Ressalta-se que parte da demanda encontra-se vinculada à destinação específica de recurso proveniente de emenda parlamentar, sendo a solução proposta compatível com a finalidade pública estabelecida.

Dessa forma, a contratação unificada dos veículos se mostra necessária, oportuna e proporcional ao interesse público, estando alinhada ao planejamento estratégico e às necessidades operacionais das Secretarias envolvidas, contribuindo para a melhoria da eficiência administrativa, a racionalização de custos, a gestão de riscos e o fortalecimento da prestação dos serviços públicos no Município de Piracanjuba/GO.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que a necessidade descrita anteriormente seja atendida com eficiência, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e operacionais:

- Os veículos deverão atender integralmente às especificações constantes na coluna “Descrição/Especificação” da tabela do item 7. “Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas” deste Estudo Técnico Preliminar;
- Os veículos a serem adquiridos deverão ser zero quilômetro, sem uso anterior, acompanhados de nota fiscal de fábrica, em conformidade com as exigências do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- Os veículos deverão estar em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), especialmente no que se refere à segurança veicular, sinalização, equipamentos obrigatórios e capacidade de passageiros;
- Os veículos deverão possuir garantia integral contra defeitos de fabricação e não conformidades, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do bem. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todas as despesas decorrentes de eventuais manutenções, incluindo o transporte do veículo entre a sede da CONTRATANTE e a assistência técnica autorizada;



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

- A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada, todos os esclarecimentos técnicos relativos às características dos veículos, bem como fornecer manual do proprietário, manual de manutenção preventiva e toda a documentação necessária para registro, licenciamento e emplacamento;
- A CONTRATADA será responsável por arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao fornecimento, entrega e regularização dos veículos, sem qualquer ônus para a Administração Pública Municipal, incluindo, entre outras: licenciamento, emplacamento, frete, seguro de transporte e taxas administrativas;
- A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou desconformidades identificadas, especialmente quando os veículos não atenderem às especificações técnicas pactuadas;
- Os veículos deverão atender às normas e diretrizes do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), comprovando o atendimento aos padrões vigentes de emissão de poluentes e eficiência no consumo de combustível;
- A CONTRATADA deverá observar os princípios da logística reversa e adotar práticas de mitigação de impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos bens fornecidos, desde a fabricação até a destinação final, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Os veículos deverão ser entregues conforme solicitado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Requisição, Solicitação e/ou Ordem de Fornecimento, durante o horário das 7h às 11h e/ou das 13h às 17h (horário de Brasília/DF).
 - Caso a entrega não seja realizada no prazo inicialmente estipulado, a CONTRATADA será notificada para efetuar a entrega no prazo adicional de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da notificação;
 - Persistindo o descumprimento, será expedida Notificação Extrajudicial, concedendo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a entrega;
 - Não será concedida prorrogação de prazo em nenhuma das etapas;



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

- Após três tentativas de notificação sem atendimento, a CONTRATADA poderá ser formalmente advertida e será passível de instauração de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, inclusive multas, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- Para fins de verificação da adequação aos padrões de qualidade e às especificações técnicas, será exigida a apresentação de catálogo técnico e/ou material ilustrativo. O catálogo ou as fotografias do produto deverão ser apresentados juntamente com a proposta, contendo informações detalhadas que evidenciem as principais características do veículo ofertado;
- A contratação deverá considerar, de forma integrada, as consequências ambientais, sociais e econômicas de todas as etapas do fornecimento, incluindo projeto, seleção de materiais, produção, logística, operação, manutenção, reutilização, reciclagem e disposição final, bem como a comprovação da capacidade técnica do fornecedor para gerenciar tais impactos de maneira responsável.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

Analisando o mercado, entende-se que as seguintes condições e alternativas são viáveis para a contratação dos veículos, observando-se os aspectos técnicos, jurídicos e econômicos:

- A contratada deverá fornecer diretamente os veículos, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto para qualquer outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- Os veículos deverão estar em conformidade com as especificações constantes na coluna "Descrição/Especificação", da tabela contida no tópico 7. "ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS" deste Estudo Técnico Preliminar;
- Considerando as necessidades apontadas neste estudo, o atendimento adequado à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;
- Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais públicos, com o objetivo de identificar



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da municipalidade;

- Não se observaram maiores variações quanto à execução do objeto em relação ao papel da empresa a ser contratada. As principais diferenças encontradas referem-se às modalidades de licitação adotadas, que variam conforme a permissibilidade normativa em cada caso;
- Observou-se que a modalidade de licitação mais adequada para o presente objeto é o pregão eletrônico, do tipo menor preço global, por tratar-se de um objeto comum, cujas especificações, padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos;
- Com base no levantamento de mercado, a solução escolhida é a que melhor atende aos requisitos definidos e que promove maior competitividade, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, padronização e as práticas de mercado;
- A assistência técnica e manutenção deverão ser garantidas por empresa autorizada, preferencialmente situada no estado de Goiás, com distância geográfica máxima de até 200 km, garantindo agilidade no atendimento e fundamentando-se nos princípios da economicidade e eficiência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado e considerando a análise dos respectivos prós e contras, conclui-se que a solução mais adequada para a satisfação do interesse público consiste na contratação de empresa especializada para aquisição dos veículos automotores, zero quilômetro, para atender às demandas das Secretarias requisitantes.

Todos os demais elementos necessários para o pleno atendimento da demanda administrativa, tais como as especificações técnicas do objeto, obrigações, responsabilidades da contratada e condições de fornecimento, estarão devidamente descritos no Termo de Referência que integra este Estudo Técnico Preliminar.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Item	Código	Descrição/Especificação	Und. de medida	Qtd.	Será pago através de:
01	61088	Veículo automotor, tipo sedan, zero quilômetro, ano/modelo “mínimo” 2025/2026. O veículo deverá possuir câmbio automático com, no mínimo, 6 (seis) velocidades, motorização de até 1.4, direção elétrica e capacidade para 5 (cinco) passageiros. Deverá ser equipado com motor flex, compatível com gasolina e etanol, apresentando potência mínima de 107 cv quando abastecido com etanol e 98 cv quando abastecido com gasolina, além de pintura sólida na cor branca.o veículo deverá contar com sistema de freios abs com ebd, vidros elétricos, travas elétricas com travamento automático das portas e do porta-malas, ar-condicionado manual ou automático, no mínimo 4 (quatro) airbags, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 3 (três) pontos, encostos de cabeça para todos os ocupantes e demais dispositivos de segurança previstos na legislação vigente. Deverá ainda possuir controle de tração, controle de estabilidade, sensores de estacionamento traseiros, câmera de ré e central multimídia com conectividade para smartphone.o veículo deverá possuir rodas em aço ou liga leve, com diâmetro mínimo de 15 (quinze) polegadas, compatíveis	Un	02	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		com as especificações do fabricante, bem como pneus novos, adequados ao uso urbano e rodoviário. o veículo deverá possuir película de controle solar (fumê) aplicada em todos os vidros, em conformidade com a legislação vigente, respeitando os índices mínimos de transparência exigidos, sem prejuízo à visibilidade e à segurança dos ocupantes. o porta-malas deverá possuir capacidade mínima de 475 (quatrocentos e setenta e cinco) litros. O veículo deverá ser entregue acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran). a entrega deverá ocorrer com o veículo devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante, sendo todos os custos decorrentes dessas providências de inteira responsabilidade da empresa fornecedora. O veículo deverá contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante.			
02	61161	Veículo automotor tipo van furgão, zero quilômetro, destinado ao transporte de carga, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 150 cv. O veículo deverá possuir	Un	01	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		capacidade mínima para 03 (três) ocupantes, incluindo o motorista, duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada ao acesso do compartimento de carga, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica na cabine e no compartimento de carga (mínimo 24.000 btus), vidros e travas elétricos, no mínimo 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, sistema multimídia com tela, rádio am/fm, conectividade bluetooth e compatibilidade com android auto e apple carplay, câmera de ré e sensor de estacionamento sonoro, câmbio manual com no mínimo 06 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 06 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags frontais para motorista e passageiros, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça individuais e iluminação interna na cabine e no compartimento de carga, bem como tacógrafo.o compartimento de carga deverá possuir comprimento interno mínimo de 3,2 m, altura interna mínima de 1,8 m, volume mínimo de 10,5 m³, capacidade de carga útil mínima 2.000 kg, além de revestimento interno com painéis de proteção em fibra lisa na cor branca ou material similar			
--	--	--	--	--	--



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		resistente. Deverá possuir, ainda, película de proteção solar (insulfilm) nos vidros permitidos pela legislação, com proteção contra raios uv e redução de calor, em conformidade com as normas de trânsito vigentes, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar, rodas de aço ou liga leve, tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia da categoria do veículo, pneus novos, incluindo estepe original de fábrica, manual do proprietário em língua portuguesa, chave reserva e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran).o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
03	61099	Veículo automotor tipo van, zero quilômetro, destinado ao transporte de passageiro, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 120 cv, capacidade mínima para 11 (onze) ocupantes, incluindo o condutor,	Un	02	Uma van será paga com Recurso Próprio (FME) e a outra com Emenda Parlamentar nº 168/2024 referente ao Processo nº 202400006020267



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		carroceria fechada, na cor branca.o veículo deverá possuir duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica, com sistema de climatização que atenda integralmente a cabine e o compartimento de passageiros, garantindo distribuição uniforme do ar para todos os ocupantes, bem como, no mínimo, 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, vidros e travas elétricos, câmbio manual com no mínimo 6 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 6 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags frontais para motorista e passageiro, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça individuais, iluminação interna e tomada 12v.deverá possuir, ainda, película de proteção (insulfilm) no vidro traseiro e nos vidros laterais, com proteção contra raios uv e redução de calor excessivo, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.o veículo deverá conter equipamento de som com rádio e conectividade bluetooth, tacógrafo, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar ao carpete, bem como rodas de ferro ou liga leve, câmera de ré e sensor de estacionamento			
--	--	--	--	--	--



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		sonoro.deverá dispor de tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia do veículo, pneus novos, estepe original de fábrica, manual do proprietário, chave reserva, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas vigentes do conselho nacional de trânsito (contran).o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
04	61162	Veículo automotor tipo van, zero quilômetro, destinado ao transporte de passageiro, movido a óleo diesel, ano/modelo mínimo 2025/2026, com potência mínima de 150 cv, capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, incluindo o condutor, carroceria fechada, na cor branca.o veículo deverá possuir duas portas dianteiras, uma lateral deslizante e portas traseiras com abertura adequada, direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, ar-condicionado original de fábrica, com sistema de climatização que atenda integralmente a cabine e o	Un	02	Recurso Próprio (FME)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		compartimento de passageiros, garantindo distribuição uniforme do ar para todos os ocupantes, bem como, no mínimo, 01 (uma) entrada usb no painel para alimentação e/ou conexão de dispositivos, vidros e travas elétricos, câmbio manual com no mínimo 6 (seis) marchas à frente ou automático com no mínimo 6 (seis) velocidades, tração dianteira, sistema de freios com tecnologia abs, airbags frontais para motorista e passageiro, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça individuais, iluminação interna e tomada 12vdeverá possuir, ainda, película de proteção (insulfilm) no vidro traseiro e nos vidros laterais, com proteção contra raios uv e redução de calor excessivo, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.o veículo deverá conter equipamento de som com rádio e conectividade bluetooth, tacógrafo digital, alarme, jogo de tapetes de borracha ou material similar ao carpete, bem como rodas de ferro ou liga leve, câmera de ré e sensor de estacionamento sonoro.deverá dispor de tanque de combustível com capacidade compatível com a autonomia do veículo, pneus novos, estepe original de fábrica, manual do proprietário, chave reserva, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas			
--	--	---	--	--	--



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		vigentes do conselho nacional de trânsito (contran).o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado e regularizado junto ao departamento estadual de trânsito de goiás (detran-go), em nome da contratante, conforme ordem de fornecimento, sendo todas as despesas decorrentes desse procedimento de inteira responsabilidade da licitante vencedora.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE					
05	60832	Pick-up pequena veículo tipo pick-up, cabine simples, zero km, motor flex, veículo 0 (zero) km, transmissão manual, vidros e travas elétricas, ar condicionado, airbags (passageiro e motorista), apoio lateral para acesso a caçamba, banco do motorista com ajuste de altura, motor capacidade mínima de 100 cv, direção hidráulica, freios abs, carga útil mínimo de 700 kg, protetor de caçamba, sistema de som com rádio e entrada ubs, rodas de aço mínimo aro 14. Todos os demais itens acessórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro.	Un	01	Recurso Próprio (FMLET)
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
06	60927	Veículo automotor tipo pick-up cabine simples, motor flex (gasolina e etanol), tipo direção hidráulica, potência motor mínima 160 cv, capacidade passageiro 5, carga útil mínimo 1000	Un	01	Recurso Próprio (Meio Ambiente)



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		kg, tipo tração 4x4, características adicionais: cabine dupla, cor branca, tipo câmbio automático, capacidade tanque combustível mínimo 75l.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
07	60777	Tipo automóvel de passeio ou utilitário leve; ano e modelo mínimo 2026/2026; combustível tipo flex (etanol/gasolina); potência mínima de 1.0; direção elétrica ou hidráulica; transmissão manual ou automática; ar-condicionado de fábrica; vidros e travas elétricas; airbags frontais; freios abs; capacidade mínima para cinco ocupantes; capacidade mínima de porta-malas de 500 litros; tanque de combustível com capacidade mínima de 40 litros; torque mínimo de 12,0 kgfm.	Un	01	Emenda Parlamentar nº 1036.9/2025 referente ao Processo nº 202500005014115
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
08	61182	Ambulância tipo a - simples remoção furgão - veículo furgão original de fábrica, 0 (zero) km, adaptado para ambulância simples remoção, com capacidade volumétrica não inferior a 7 metros cúbicos no total. Capacidade de carga mínima: 1.222 kg, comprimento total mínimo. 4.740 mm; comprimento mínimo do salão de atendimento 2.500 mm; altura interna mínima do salão de atendimento: 1.540 mm; combustível: diesel s10; motor dianteiro; 4 cilindros;	Un	01	Emenda Parlamentar Federal nº 39000006 (Deputado Adriano Baldy) formalizada junto ao Ministério da Saúde/FNS por meio da Proposta nº 01753396000125004



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		sobrealinhamento: turbo compressor com intercooler; potência mínima: 130 cv; e sistema de alimentação: injeção eletrônica; abastecimento de combustível com capacidade mínima: 65 litros; freios abs nas quatro rodas, corretor de frenagem, controle antiderrapagem, controle de estabilidade eletrônicos e sistema ativo freio com controle eletrônico para auxílio nas arrancadas do veículo em subidas; direção hidráulica ou direção elétrica ou direção eletro hidráulica, original de fábrica; equipamentos obrigatórios e acessórios básicos: - cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, obrigatoriamente de três pontos para os ocupantes da cabine, seguindo a normatização e laudos emitidos conforme abnt nbr 6091- 2015; equipada com todos os equipamentos de série, especificados e exigidos pelo contran/detran-go, observando as demais exigências e condições especificadas no termo de referência e estudo técnico preliminar.			
09	61171	"Veículo ambulância tipo a - simples remoção tipo furgoneta - veículo tipo furgoneta com carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, 0 (zero) km, ano/modelo mínimo 2026/2026 (ou do ano da contratação ou posterior), air-bag para os ocupantes da cabine, freio com (a.b.s.)	Un	01	Emenda Parlamentar Estadual nº 202544240008 (Deputado Marussa Boldrin), formalizada no Plano de Ação nº 09032025-2-087514



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		nas 4 rodas, adaptado para ambulância de simples remoção. Chassi: comprimento total de, no mínimo, 5,140 mm; distância entre os eixos de, no mínimo, 3.200 mm; altura interna mínima do salão de atendimento de 1.300 mm. Motor dianteiro; 4 cilindros; combustível = gasolina ou gasolina e/ou álcool misturados em qualquer proporção (flex) ou diesel s10; potência mín. De 114 cavalos; tanque de combustível: capac. Mín. = 69 litros. Direção assistida hidráulica e/ou elétrica. Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo contran/detran-go."			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
10	61085	Veículo automotor, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026. O veículo deverá possuir câmbio manual com, no mínimo, 5 (cinco) velocidades, motorização de no mínimo 1.0, direção elétrica e capacidade para 5 (cinco) passageiros. Deverá ser equipado com motor flex, compatível com gasolina e etanol, apresentando potência mínima de 75 cv quando abastecido com etanol e 71 cv quando abastecido com gasolina, além de pintura sólida na cor branca.o veículo deverá contar com sistema de freios abs com ebd, vidros elétricos, travas elétricas com travamento automático das portas, ar-	Un	02	Recurso Próprio (Executivo)



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

		condicionado manual ou automático, airbags frontais, cintos de segurança e demais dispositivos de segurança previstos na legislação vigente. Deverá ainda possuir controle de tração, controle de estabilidade, sensores de estacionamento traseiros e central multimídia com conectividade para smartphone.o veículo deverá possuir rodas em aço ou liga leve, com diâmetro mínimo de 14 (quinte) polegadas, compatíveis com as especificações do fabricante, bem como pneus novos, adequados ao uso urbano e rodoviário.o veículo deverá possuir película de controle solar (fume) aplicada em todos os vidros, em conformidade com a legislação vigente, respeitando os índices mínimos de transparência exigidos, sem prejuízo à visibilidade e à segurança dos ocupantes.o porta-malas deverá possuir capacidade mínima de 200 (duzentos) litros. O veículo deverá ser entregue acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro (ctb) e pelas normas do conselho nacional de trânsito (contran).a entrega deverá ocorrer com o veículo devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante, sendo todos os custos decorrentes dessas providências de inteira			
--	--	---	--	--	--



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

		responsabilidade da empresa fornecedora. O veículo deverá contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante.			
--	--	---	--	--	--

O quantitativo foi definido com base no planejamento realizado pelas Secretarias requisitantes, considerando-se a demanda atual.

As descrições dos itens contemplam as especificações mínimas necessárias para garantir conforto, segurança e durabilidade, respeitando as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelo CONTRAN, além de assegurar a adequação do bem ao seu uso institucional.

8. ESTIMATIVA DE VALORES

O valor total estimado, bem como o valor estimado por item, será mantido em sigilo, com fundamento no artigo 24 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A medida tem por objetivo evitar a formação de conluíus entre fornecedores e resguardar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância ao princípio da economicidade.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades dos presentes objetos a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

As aquisições dos veículos são essenciais para garantir o pleno desenvolvimento das atividades operacionais, administrativas e pedagógicas das Secretarias requisitantes.



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

Destaca-se que esta contratação não está vinculada a nenhuma outra contratação correlata ou interdependente que possa comprometer ou inviabilizar sua execução. A entrega e o uso do bem poderão ocorrer de forma autônoma, sem necessidade de ações ou contratos complementares para garantir sua funcionalidade.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a Contratação os seguintes resultados:

- **Em relação à eficácia:** assegurar a aquisição de veículos novos, zero quilômetro, adequados às diferentes finalidades institucionais das Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Finanças e Saúde, incluindo vans para transporte de passageiros, veículos de passeio (sedan e esportivo), veículo tipo pickup e ambulâncias tipo furgão e furgoneta, todos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, garantindo segurança, confiabilidade, disponibilidade operacional e suporte às atividades administrativas, operacionais, logísticas e assistenciais do Município de Piracanjuba/GO;
- **Em relação à eficiência:** otimizar a logística institucional e assistencial, promovendo melhor planejamento e racionalização dos deslocamentos, redução de gargalos operacionais, maior previsibilidade no atendimento das demandas das Secretarias e ampliação da capacidade de resposta do Poder Público, tanto para atividades administrativas e de campo quanto para o transporte sanitário de pacientes e a distribuição de gêneros alimentícios da merenda escolar, inclusive nas zonas urbana e rural;
- **Em relação à economicidade:** selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando o menor preço global aliado ao atendimento integral das exigências técnicas, bem como à adequada relação custo-benefício ao longo da vida útil dos veículos, com potencial redução de despesas indiretas relacionadas a manutenções frequentes, locações emergenciais, paralisações operacionais e custos decorrentes da indisponibilidade da frota existente;
- **Em relação à melhoria da gestão pública:** fortalecer a autonomia logística e operacional das Secretarias envolvidas, ampliando a capacidade de execução de políticas públicas, a eficiência administrativa, o controle sobre os deslocamentos institucionais e a gestão de riscos operacionais, especialmente em serviços essenciais, como o transporte sanitário, a distribuição da merenda



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
2000-2008

escolar, as ações sociais, ambientais, esportivas e as atividades de apoio administrativo e financeiro;

- **Em relação ao impacto social:** gerar benefícios diretos à população do Município de Piracanjuba/GO, por meio da melhoria da qualidade, regularidade e segurança dos serviços públicos prestados nas áreas de educação, saúde, assistência social, esporte, meio ambiente e gestão administrativa, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas, a promoção do bem-estar social e a efetividade das ações governamentais.

12. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A aquisição de veículos automotores, zero quilômetro, podem gerar impactos ambientais inerentes à utilização de veículos movidos a combustível fóssil, especialmente quanto à emissão de gases poluentes e consumo de recursos naturais.

Entretanto, tais impactos são considerados controlados e mitigáveis, tendo em vista que os veículos deverão atender integralmente às normas técnicas e ambientais vigentes, especialmente às exigências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), bem como às regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Os veículos movidos a diesel deverão estar em conformidade com os limites de emissão de poluentes estabelecidos na legislação ambiental vigente, incluindo os padrões de eficiência energética e controle de emissão de material particulado.

Como medidas de tratamento e mitigação dos impactos ambientais, as Secretarias requisitantes adotarão:

- Planejamento prévio e racionalização das rotas, visando reduzir deslocamentos desnecessários;
- Manutenção preventiva e periódica dos veículos, assegurando melhor desempenho mecânico e menor emissão de poluentes;
- Uso racional de combustíveis;



Prefeitura de
**PIRA
CAN
JUBA**
TRABALHANDO PELO FUTURO
2020-2024

- Destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes de manutenção (óleos lubrificantes, filtros, pneus, baterias), conforme legislação específica.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são de baixa relevância e plenamente mitigáveis, não comprometendo a viabilidade da aquisição, estando a medida alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando a necessidade dos veículos automotores, zero quilômetro, para atender às demandas das Secretarias requisitantes, a contratação é viável técnica e economicamente, tendo em vista o alinhamento com o planejamento institucional das pastas.

A aquisição permitirá maior eficiência no transporte de funcionários, alunos e professores, deslocamento de equipes técnicas, transporte de materiais, participação em formações pedagógicas, atendimento às unidades escolares da zona urbana e rural, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a medida observa os princípios da Administração Pública, notadamente a legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, demonstrando-se plenamente viável e necessária para o bom desempenho das atividades das Secretarias.

15. ANEXOS

- Não há anexos.

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Matheus Henrique Lima Ferreira

Diretor do Departamento de Compras da

Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba-GO

Decreto n.º 024/2025

Matrícula n.º 51.496.268



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para parcelada, eventual e futura aquisição veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO.

Dados a constar na proposta Preenchimento pelo proponente:

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Telefone:	E-mail:	
Representante Legal:		CPF do Representante:

- a) Declaro que nos preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
- b) Declaramos, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.
- c) Declaramos, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Item	Especificação	Qtd	Marca/ Modelo	Und	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DA PROPOSTA ----- R\$						

Validade da Proposta:

Data: ____/____/____

Assinatura do representante legal da empresa, sobre carimbo, nome e número da identidade do responsável.

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Pregoeira Oficial do Município de Piracanjuba

Pregão Eletrônico nº06/2026

Senhora Pregoeira,

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal/ Procurador **Sr.** _____, inscrito no CPF sob o nº _____ infra-assinado, para os fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 06/2026**:

a) Declara, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declara, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

c) Declara, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) Declara, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declara, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declara, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declara, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.



h) Declara, para fins de participação neste Pregão Eletrônico, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

i) Declara, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

..... (local), ... de de(data)

(Nome e assinatura do representante legal da licitante Carimbo de CNPJ se houver)

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

A Pregoeira Oficial do Município de Piracanjuba

Pregão Eletrônico nº 06/2026

Item	Descrição	Qtd	Marca	Recursos Humano	Impostos, Obrigações Socias E Trabalhistas	Lucro	Outras Despesas	VI.Unit	VI.Total

..... (local), ... de de(data)

(Nome e assinatura do representante legal da licitante Carimbo de CNPJ se houver)

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO VI

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sistema de Registro de Preços para parcelada, eventual e futura aquisição veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Processos Administrativos nºs 492/2026, 1112/2026, 1108/2026, 164/2026, 268/2026, 320/2026, 1332/2026, 1270/2026 e 1145/2026.

Pregão Eletrônico nº 06/2026

Validade: 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da LLC 14133/2021.

No dia ____ de _____ de 20__, o **MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 100, Centro – Piracanjuba/GO, inscrito no CNPJ sob o nº .01.179.647/000-95, através da Secretaria Municipal Educação de Piracanjuba/GO, representada pela atual Gestora, **Sra. Nelma José Gomes**, inscrita no CPF sob o nº 865.397.951-49, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, processos administrativos nºs 492/2026, 1112/2026, 1108/2026, 164/2026, 268/2026, 320/2026, 1332/2026, 1270/2026 e 1145/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2024 e no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO



CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente ARP tem por objeto aquisição de veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO.

I. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	CPF do Representante:

II. A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

CLÁUSULA SEGUNDA: O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas na nas propostas são as que se seguem:

EMPRESA _____, Pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na _____, Fone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, vencedora dos itens abaixo relacionados:

Item	Descrição Item/Objeto	Marca/Modelo	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR -----						R\$



VALOR TOTAL DO CERTAME ----- R\$

I. Importa-se a presente licitação na importância total de **R\$ ____ (____)**.

II. A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro consta no Anexo Único da presente Ata de Registro de Preços.

DA DOTAÇÃO E RECURSOS

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos do Poder Executivo do Município de Piracanjuba/GO, a saber:

Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0 / 137.0
Centro de Custo	56.00.00000
Função/ Programa/ Ação	56.79.18.122.2821.2150
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	368 – 100.0
Centro de Custo	070.000
Função/ Programa/ Ação	70.75.27.812.2819.1098
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	498 – 100.0
Centro de Custo	22.00.00000
Função/ Programa/ Ação	22.83.04.122.2827.2202



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	141 – 100.0 / 137.0
Centro de Custo	55.03.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	312 – 181.0
Centro de Custo	22.04.00000
Função/ Programa/ Ação	22.84.04.123.2827.2187
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	167 – 100.0

DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

CLÁUSULA QUARTA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

CLÁUSULA QUINTA: No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA SEXTA: O contrato decorrente da Ata de Registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na formalização de contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

CLÁUSULA OITAVA: A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforma artigo 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O instrumento contratual de que se trata a cláusula oitava deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA: Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA: Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais ao adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

II. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

III. O registro a que se refere o inciso II, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

IV. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva a que se refere a alínea “b” do inciso I, da cláusula décima, somente será efetuada



quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições previamente estabelecidos.

II. Quando houver cancelamento do registro de preços do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízos das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e observado o disposto na cláusula décima primeira, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a cláusula décima, inciso I, alínea “b”, aceitar a contratação nos termos do inciso anterior, a



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

Administração observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos publicitados, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção do preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para fornecimento pretendida, desde que devidamente justificada.

DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II. Na hipótese prevista no inciso anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

III. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

IV. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

I. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no inciso I o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O remanejamento somente poderá ser feito:



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no artigo 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos da cláusula vigésima terceira, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: O prazo de que trata a cláusula anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da cláusula vigésima nona.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: No caso de adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata a cláusula trigésima quarta, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, bem como o Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme o Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no próximo capítulo desta ata, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na cláusula quadragésima primeira será formalizada por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I.** Por razão de interesse público;
- II.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA: Compete ao órgão Gestor:

I. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Órgão gerenciador do Sistema de Registro de preços, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 2024.

II. O órgão acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixados do valor máximo a ser pago pela administração.

a) O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos a serem fornecidos.

III. Optar pela contratação ou não dos bens decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para fornecimento, respeitada a legislação relativas às licitações, em que caiba recurso ou indenização.

IV. Dilatar o prazo de vigência de registro de preços “de ofício” através de termo aditivo, com a publicação na mesma forma da Ata de Registro de Preços originária, observando o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

V. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de forma maior devidamente justificado no processo.

VI. Emitir autorização de compra.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

VII. Dar preferência de contratação com o detentor de registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA: Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

I. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no Edital.

II. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições.

III. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhado ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

a) Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ocorrências ao órgão gerenciador.

IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA: Compete ao comprometente da Ata:

I. Entregar os veículos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preços de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidas pelo Órgão usuário da Ata de Registro de Preços.

II. Manter durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

III. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IV. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos nesta Ata de Registro de Preços.

V. Atender a demanda dos órgãos ou entidades usuários, durante a fase de negociação de revisão de preços, com preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

VI. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.

VII. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a administração optar pela contratação de materiais, bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

VIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

IX. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e nesta Ata de Registro de Preços.

DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA: Os veículos deverão ser entregues, em até **60 (sessenta) dias úteis**, na sede da Secretaria Requisitante, durante o horário das 7h às 11h e/ou das 13h às 17h, conforme determinação dada por requisição, solicitação ou ordem de fornecimento. Sem quaisquer despesas além do valor registrado.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA: Os veículos serão recebidos:



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. Definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA: O objeto deste registro será solicitado conforme a necessidade das Secretarias requisitantes, após a assinatura e publicação do instrumento contratual, e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA: A não execução do objeto desta Ata de Registro de preços será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA: Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

DO PAGAMENTO



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA: A forma de pagamento será de até 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na secretaria requisitante. Devidamente atestada/liquidada pelo fiscal do contrato.

I. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao licitante para emissão de Nota Fiscal no que pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

II. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

III. O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agência com a qual opera. O órgão gerenciador não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

IV. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos a licitante para correções necessárias, não respondendo o órgão gerenciador por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da licitante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a administração.

V. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da licitante em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

VI. O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota Fiscal.



CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA: Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I. o prazo de validade;

II. a data da emissão;

III. os dados da Ata de Registro de preços e do órgão contratante;

IV. o período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;

V. o valor a pagar; e

VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA: As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2026 e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre a da proposta.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA NONA: O presente registro decorre de adjudicação à Promitente Contratada dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº.06/2026, conforme decisão da Agente de Contratação/ Pregoeira do Município, lavrada em Ata de Sessão Eletrônica datada de __ de _____ de 20__, e Termo de Homologação exarado pela atual Gestora.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA: Caberá à Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

DO FORO



CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta Ata, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Piracanjuba/ GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2026.

Contratante

Contratada



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO nº -----/2026.

Contrato que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a Empresa _____, na forma abaixo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representado pela sua atual Gestora, **Sra. _____**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº _____, residente e domiciliada nesta cidade, podendo ser localizada na sede do FME, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Fone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo (a) Sr. (a), _____, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº _____, residente em _____, podendo ser localizada na sede da empresa, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, acima especificados, têm entre si ajustados o presente Contrato de Fornecimento, conforme autorização constante do Pregão Eletrônico nº 06/2026 e do Despacho Homologatório expedido em __ de _____ de 20__, Processos Administrativos nºs 492/2026, 1112/2026, 1108/2026, 164/2026, 268/2026, 320/2026, 1332/2026, 1270/2026 e 1145/2026, regulado pelos preceitos de direito público e especialmente pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, bem como mediante as seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Contrato tem por objeto, aquisição de veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

1.2 Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Termo de Referência, o Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026 a Proposta de Preços Realinhada do Contratado e/ou Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços e outros documentos utilizados no julgamento da respectiva licitação, sendo vinculado o Edital a este Contrato, conforme inciso I e II, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DO PREÇO

2.1 O **CONTRATANTE** se obriga a pagar à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto do presente contrato, os preços conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL DO FORNECEDOR -----						R\$ XXXX,XXX

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é _____ contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. A prorrogação que se trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com o contratado.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante prorrogação contratual.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO

4.1 Os veículos deverão ser entregues na sede da Secretaria Requisitante em até **60 (sessenta) dias úteis**, durante o horário das 7h às 11h e/ou das 13h às 17h, conforme determinação dada por requisição, solicitação ou ordem de fornecimento. Sem quaisquer despesas além do valor registrado.

4.2. Os produtos serão recebidos:

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. Definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3 O objeto deste contrato será solicitado conforme a necessidade das Secretarias Requisitantes de Piracanjuba/GO, após a assinatura e publicação do Contrato, e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

4.4 A não execução do objeto deste contrato será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

4.5 Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E PRECIFICAÇÃO

5.1 A forma de pagamento será de até 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na Secretaria Requisitante.

I. Sendo o valor total do contrato de **R\$ _____ (_____)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos fornecidos.

5.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

5.5 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

5.6 O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agência com a qual opera. A Contratante não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.



5.7 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura, serão devolvidos a Contratada para correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da Contratada. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.8 A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

5.9 O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota Fiscal.

5.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I.** o prazo de validade;
- II.** a data da emissão;
- III.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV.** o período respectivo de execução do contrato;
- V.** o valor a pagar; e
- VI.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do inciso V, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

6.5 Na aferição final, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo.

6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado por legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante, nos termos dos incisos X, XI e XIV do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

V. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.

XI. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, nos termos dos incisos XIV, XVI e XVII do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (inciso II, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (§ único, do artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea “d”, do inciso II, do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



XV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I. der causa à inexecução parcial do contrato;

II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento das atividades públicas ou ao interesse coletivo;

III. der causa à inexecução total do contrato;

IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da lei nº 12.846/13.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nos incisos “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Moratória de 1,5 (um vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

c) Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, avaliada a gravidade e o prejuízo causada pela infração cometida, aplicando-se os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**artigo 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**)

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º, do **artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**).

I. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do **artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8 Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º, do **artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**):

- I.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** as peculiaridades do caso concreto;
- III.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- V.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9 Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei Federal nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (**artigo 159**).



9.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



I. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3 O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Conforme os artigos 138 e 139, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



10.7 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

10.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput, do artigo 131, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos do Poder Executivo do Município de Piracanjuba/GO, a saber:

Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0
Centro de Custo	01.10
Função/ Programa/ Ação	71.01.12.361.2822.2154
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	547 – 101.0 / 137.0
Centro de Custo	56.00.00000



Função/ Programa/ Ação	56.79.18.122.2821.2150
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	368 – 100.0
Centro de Custo	070.000
Função/ Programa/ Ação	70.75.27.812.2819.1098
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	498 – 100.0
Centro de Custo	22.00.00000
Função/ Programa/ Ação	22.83.04.122.2827.2202
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	141 – 100.0 / 137.0
Centro de Custo	55.03.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	312 – 181.0
Centro de Custo	22.04.00000
Função/ Programa/ Ação	22.84.04.123.2827.2187
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	52 – Veículos de Tração Mecânica
Ficha/ Fonte	167 – 100.0

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (artigo 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao caput, do artigo 91, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao § 2º, do artigo 8º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c o inciso V, do § 3º, do artigo 7º, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

15.3 As comunicações entre o contratante e o(a) contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O contratante poderá convocar o representante do(a) contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

15.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

15.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.9 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

15.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



15.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

15.13 O gestor do contrato e os fiscais do contrato na execução das suas atividades deverão observar as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.14 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) contratado(a), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba/GO, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo, lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinam as partes abaixo:

Piracanjuba, aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

Contratante

Contratada

Testemunha:

01)

02)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO VIII

MATRIZ DE RISCO

1. OBJETO

Aquisição de veículos automotores destinados as Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Finanças de Piracanjuba/GO.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecida a Matriz de Riscos, com a finalidade de identificar, avaliar e alocar os principais riscos inerentes à contratação, estabelecendo responsabilidades e medidas de mitigação, nos termos da legislação vigente.

2. MATRIZ DE RISCOS

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas de mitigação
Atraso na entrega	Fornecimento dos veículos fora do prazo contratado	Média	Alto	Contratada	Previsão de penalidades, acompanhamento do prazo e exigência de cronograma de entrega
Fornecimento em desacordo com especificações	Entrega de veículos que não atendam ao Termo de Referência	Baixa	Alto	Contratada	Conferência no recebimento, possibilidade de recusa e substituição,



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

					exigência de garantia
Variação de preços de mercado	Oscilações nos preços dos veículos durante a vigência da ata	Média	Médio	Compartilhado	Pesquisa de preços atualizada, possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro
Desistência do fornecedor	Fornecedor não mantém a proposta ou se recusa a assinar a ata	Baixa	Médio	Contratada	Aplicação de sanções administrativas e convocação de remanescentes
Inexecução parcial ou total	Não entrega de parte ou total do objeto	Baixa	Alto	Contratada	Aplicação de penalidades, possibilidade de rescisão e convocação de outro fornecedor



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

Atraso no pagamento	Demora no pagamento por parte da Administração	Baixa	Médio	Contratante	Planejamento orçamentário e financeiro
Problemas na documentação dos veículos	Irregularidades na documentação (emplacamento, nota fiscal, etc.)	Baixa	Alto	Contratada	Exigência de documentação completa e regular como condição de recebimento
Entrega de veículos com defeitos	Problemas mecânicos ou de fabricação	Baixa	Alto	Contratada	Garantia contratual, assistência técnica e substituição quando necessário
Baixa demanda durante a vigência da ata	Quantidades estimadas não são integralmente utilizadas	Média	Baixo	Contratante	Planejamento de demanda e previsão de que a ata não gera obrigação de contratação



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os riscos alocados à Contratada são aqueles inerentes à execução do objeto e à sua atividade empresarial.

Os riscos da Contratante referem-se principalmente a questões orçamentárias e administrativas.

Os riscos compartilhados serão tratados conforme o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente.

A ocorrência de eventos não previstos será analisada caso a caso, observando-se os princípios do interesse público, da razoabilidade e da boa-fé.